

Sua Referência	Sua Comunicação	Nossa Referência	Data
		2324000058	
Assunto	TD-AP-C17-i03, “Transição Digital na Segurança Social” Aquisição de bolsa de horas para serviços de consultoria e apoio técnico especializado, a afetar à atividade de Gestão de Projetos		

Pela presente, vimos convidar a vossa empresa a apresentar uma proposta, com as regras de contratação seguintes:

I. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE ADJUDICANTE

A entidade adjudicante é o Instituto de Informática, I.P., pessoa coletiva pública n.º 504 322 915, com sede na Av. Prof. Dr. Cavaco Silva, n.º 17 – Edifício Ciência I – Taguspark, Porto-Salvo, Oeiras.

II. ORGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

O Conselho Diretivo do II, IP foi o órgão que tomou a decisão de contratar ao abrigo do nº 3 do artigo 38º da Lei 3/2004 de 15 de janeiro e nos termos da alínea b) do artigo 2.º da Lei 30/2021 de 21/05 e alínea c), n.º 2 do artigo 474.º do CCP.

III. CONSULTA PRÉVIA

1.O convite dirige-se às seguintes entidades:

- LCG - Consultadoria, S.A. - NIF 509 478 832
- PRJGLBPT – Projetos Globais, Unipessoal, LDA - NIF 514 919 353
- WINNING, LDA - NIF 510 098 711
- Zertive, S.A. - NIF 510 502 725
- Brighten S.A. - NIF 504 106 686

2.Nos termos do artigo 11.º da Lei 30/2021 de 21/05, a entidade adjudicante fica dispensada do dever de fundamentar a fixação do preço base.

IV. ATOS QUE CONDICIONAM A CONTRATAÇÃO

A consulta prévia foi precedida pelos seguintes atos da Administração:

- a) A consulta prévia foi precedida de Parecer favorável da AMA, I.P., datado de 28/03/2024, nos termos dos artigos 4º e 6º do Decreto-Lei n.º 107/2012, de 18 de maio;

- b) Em cumprimento da Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro foi recebido em 25/03/2024, email da DGAEP com indicação de que “*não existem trabalhadores em situação de requalificação*”;

V. JÚRI

O Júri do procedimento é o órgão competente para a prestação de esclarecimentos, por delegação de competências do Conselho Diretivo, concedida nos termos da deliberação deste Órgão, datada de 21/03/2024.

VI. PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

1. A proposta e os documentos que a acompanham devem ser apresentados, até às **23:59:59 horas do 5º dia** a contar da disponibilização do convite, diretamente na plataforma eletrónica de contratação pública disponibilizada pela AcinGov, no endereço **www.acingov.pt**.
2. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
3. Os interessados devem prever o tempo necessário para a inserção das propostas e documentos que as acompanham, bem como, para a sua assinatura eletrónica, em função do tipo de acesso à INTERNET de que dispõem, uma vez que todo esse processo só será aceite pelo júri do procedimento caso tenha sido realizado no portal disponibilizado para o efeito e até à data e hora definida para a apresentação das propostas.
4. As propostas, assim como todos os documentos carregados na plataforma eletronicamente deverão ser **assinados eletronicamente** mediante a utilização de **certificado de assinatura eletrónica qualificada**, nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
5. Nos casos em que o certificado não relacione diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, **o concorrente tem que submeter na plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.**

VII. PROPOSTA

1. A proposta a apresentar pelo convidado deve, sob pena de exclusão, ser constituída pelos seguintes documentos:
 - a) Documento que contenha a demonstração mencionada no nº 2 do artigo 55º - A do CCP, caso pretenda a relevação de impedimentos;
 - b) Documento que contenha o preço global da proposta, sem IVA;
 - c) Documento que contenha o preço/ hora fixo, sem IVA, dos recursos mínimos a alocar à execução do contrato; e
 - d) **"Curriculum vitae", não nominativo** dos recursos mínimos a alocar à prestação dos serviços.
2. A proposta deve incluir as declarações cujas minutas se encontram nos **Anexos I e II** ao presente convite e ainda a certidão permanente atualizada.

3. Os documentos que integrem a proposta nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do CCP não podem ser redigidos em língua estrangeira.
4. Sem prejuízo de outros fundamentos, são excluídas as propostas que adicionem, suprimam ou alterem estipulações sobre repartição do risco, cumprimento e incumprimento ou responsabilidade, bem como as que sejam consideradas variantes ou condicionadas.

VIII. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO:

1. O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, determinada pela modalidade monofator preço.
2. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, a adjudicação será feita tendo em conta o sorteio realizado pelo júri, na presença de um representante de cada um dos concorrentes.

IX. NEGOCIAÇÃO

A proposta não será objeto de negociação.

X. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O prazo de apresentação dos documentos de habilitação referidos no n.º 1 do artigo 81.º do CCP, bem como certidão de teor do registo comercial e de supressão de irregularidades é de 5 dias, a contar da data da notificação respetiva.
2. Caso o adjudicatário esteja registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado, nos termos do artigo 6º do decreto-lei nº 72/2018, de 12 de setembro, está dispensado da apresentação dos documentos previstos na alínea b) do nº 1 do artigo 81º do CCP, devendo indicar essa qualidade no prazo de apresentação dos documentos de habilitação.

XI. DESPESAS E ENCARGOS DE REDUÇÃO DO CONTRATO A ESCRITO

Quando existam, as despesas e os encargos inerentes à redução do contrato a escrito correm por conta do adjudicatário.

XII. VOCABULÁRIO COMUM

De acordo com a tabela do Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), a prestação de serviços objeto do presente Convite referencia-se com: 72224000-1 Serviços de consultoria em gestão de projetos

ANEXO I

Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º.

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

Anexo II

Minuta de declaração a prestar pela entidade convidada

(a que se refere a alínea (indicar) do n.º (indicar) do ponto (indicar) do convite)

[•] (*identificação do(s) representante(s) legal(is) do convidado*, [•] titular(es) do(s) bilhete(s) de identidade/cartão(ões) do cidadão n.º (s) [•], na qualidade de representante(s) legal(is) de (*indicar*), *número de identificação fiscal e sede*) declaram, para efeitos da consulta prévia nº **2324000058** para **Aquisição de serviços de consultoria e apoio técnico especializado, a afetar à atividade de Gestão de Projetos**, em regime de bolsa de horas, que a convidada não se encontra em qualquer das situações mencionadas no nº 6 do artigo 113º do CCP em relação às seguintes entidades:

Identificar as restantes entidades convidadas

[•] (*local*), [•] (*data*), [•] (*assinatura(s) do(s) representante(s) legal(is) dos representantes do convidado*)